



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Zahkomipok - Transparência - Integridade

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NO SECTOR PÚBLICO

# Indústria Extractiva



Edição Nº 09 | 25 de Novembro de 2024 | Distribuição Gratuita | [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)

## A TRANSPARÊNCIA DO FUNDO SOBERANO MOÇAMBICANO É UMA MIRAGEM

- Riscos de Governação do Fundo Soberano de Moçambique

Por: Rui Mate

### 1. Introdução

O Fundo Soberano de Moçambique (FSM), projectado para ser um marco na gestão sustentável dos recursos provenientes da exploração de gás natural no país<sup>1</sup>, tem alcançado progressos notáveis. Entre os passos mais significativos destacam-se a abertura da Conta Transitória no Banco de Moçambique, que já acumulou 134,6 milhões de dólares<sup>2</sup>, e o estabelecimento de dois órgãos de governação, o Comité de Supervisão e o Conselho Consultivo de Investimento. Esses órgãos têm como principal função fiscalizar, monitorar e orientar a gestão dos recursos do FSM.

Apesar desses avanços, persistem riscos de governação que podem comprometer os objectivos do fundo. Entre os principais desafios estão: *i*) a ausência de transparência sobre as receitas provenientes da exploração de gás natural, que pode minar a confiança pública e a credibilidade do FSM; *ii*) a racionalidade e a eficiência das decisões de alocação de recursos tomadas até ao momento, que são críticas para garantir que os objectivos do fundo sejam efectivamente alcançados e; *iii*) a capacidade do Comité de Supervisão e do Conselho Consultivo de Investimento de monitorar e orientar adequadamente a gestão dos recursos, que é fundamental para prevenir desvios e assegurar a boa governação.

Este artigo baseia-se em uma abordagem metodológica abrangente para examinar os avanços e os riscos de governação associados ao FSM. A análise incluiu a revisão bibliográfica, a análise de documentos públicos, como o Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE). Realizaram-se estimativas básicas de juros para avaliar os potenciais retornos do montante acumulado pelo FSM até ao momento, e conversou-se com alguns membros do Comité de Supervisão, o que proporcionou *insights* valiosos sobre as actividades do órgão, os processos decisórios e os desafios enfrentados.

Essas etapas metodológicas forneceram uma base sólida para uma análise detalhada dos riscos de governação do FSM, culminando com recomendações de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da transparência e da eficácia na gestão do fundo.

1 Cfr. Lei nº 1/2024 de 9 de Janeiro e regulamentada pelo Decreto nº 13/2024, de 5 de Abril,

2 Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE) do 3º Trimestre de 2024

## 2. Avanços Alcançados

Entre os marcos alcançados, destaca-se a criação da Conta Transitória no Banco de Moçambique, onde foram registrados 134,6 milhões de dólares, de acordo com o Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE) do 3º Trimestre de 2024<sup>3</sup>. Esses recursos devem ser repartidos entre o FSM (40%) e o Orçamento do Estado (60%), em linha com o Artigo 8º do regulamento. Além disso, foram estabelecidos o Comité de Supervisão e o Conselho Consultivo de Investimento, cujo objectivo é de fiscalizar, monitorar e orientar a gestão dos recursos do FSM. O Banco de Moçambique foi designado como gestor operacional do FSM, com directrizes claras estabelecidas no Acordo de Gestão a ser assinado com o Governo.

Importa referir que, segundo a directora Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento no Ministério da Economia e Finanças (MEF), Enilde Sarmiento, também membro do Conselho Consultivo de Investimento, quando o Acordo de Gestão for assinado, os termos e as condições para a delegação de responsabilidade do Governo ao Banco de Moçambique e quanto o Governo deverá pagar ao Banco serão conhecidos publicamente.

4

## 3. Inconsistências e Preocupações

Apesar dos progressos, surgem dúvidas que lançam sombras sobre a gestão e a transparência do FSM.

De acordo com o BdPESOE do 3º Trimestre de 2024, parte das receitas do FSM referem-se a períodos anteriores à sua criação, nomeadamente aos anos 2022 e 2023. A Lei do FSM foi aprovada apenas em Janeiro de 2024 e o regulamento em Abril do mesmo ano. Esse descompasso temporal sugere que os valores de 2022 e 2023 poderiam ter sido usados para outros fins sem infringir a legislação que instituiu o FSM.

Isso levanta questões sobre a veracidade das informações apresentadas. Se as receitas foram realmente arrecadadas e depositadas desde 2022, por que não geraram juros ou outros rendimentos financeiros significativos? Ou, porque não foram aplicadas? Caso tenham gerado, a bem da transparência esses detalhes deveriam ser publicados junto com o resto da informação. Veja a figura 1 abaixo retirada do BdPESOE, 3º trimestre de 2024:

Figure 1: Receitas de Gás Depositadas na Conta Transitória de 2022 a Setembro de 2024

**Quadro 7: Receitas do Gás**

(Em Milhões Dólares Americanos)

TIPOS DE IMPOSTO	2022-2023		2024							Total	Total
	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agost	Jan-Ago	Acumulado
Imposto sobre a Produção Mineira	26,58	2,57	2,35	2,15	2,57	2,02	2,84	4,54	3,19	22,23	48,81
Petróleo Lucro	45,58	4,86	5,16	2,98	4,45	4,57	3,31	2,31	5,57	33,22	78,80
Bonus de Produção	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	7,00
<b>TOTAL</b>	<b>74,17</b>	<b>7,43</b>	<b>7,51</b>	<b>5,13</b>	<b>7,02</b>	<b>6,60</b>	<b>6,15</b>	<b>6,85</b>	<b>13,76</b>	<b>60,45</b>	<b>134,81</b>

Fonte: DNTCEF

Fonte: Retirado do BdPESOE, 3º Trimestre de 2024

O Regulamento do FSM exige a publicação mensal de relatórios detalhados sobre os depósitos e as transferências da Conta Transitória. No entanto, os relatórios divulgados até agora não cumprem com os requisitos legais de detalhamento e as informações disponíveis vêm principalmente do BdPESOE, um documento governamental, o que compromete a independência das declarações e levanta dúvidas sobre a sua confiabilidade. Como os cidadãos podem verificar a veracidade das receitas e transações declaradas?

3 MEF (2024). *Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado – IIIº Trimestre de 2024*. Disponível no site: <https://mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/bdpesoe/bdpesoe-2024/2200-bdpesoe-iii-trimestre-2024/file?force-download=1>. Acesso a 15/11/2024

4 Citada pelo Jornal Carta de Moçambique de 24/07/2024, disponível no site: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/17675-fun-do-soberano-falta-de-acordo-de-gestao-atrasa-funcionamento-pleno-dos-orgaos>. Acesso a 15/07/2024.

Outro ponto crítico é a alegação de que os recursos estavam depositados desde 2022 no Banco de Moçambique. Essa situação levanta várias questões. Por que os valores não foram aplicados em instrumentos financeiros para gerar rendimentos? Qual foi o custo de manter esses recursos parados em contas bancárias? Qual é a lógica de acumular montantes significativos sem qualquer retorno financeiro em um contexto onde o Governo enfrenta sérios problemas de liquidez? Essas questões sugerem, não apenas uma falta de planificação estratégica, mas também a possibilidade de má gestão ou a possibilidade de inexistência desses recursos ou ainda que eles tenham sido desviados para outras aplicações, até mesmo individuais.

A pressão fiscal que o Governo enfrenta, agravada por manifestações populares contra as desigualdades socioeconómicas no país e greves de vários sectores públicos nevrálgicos para o funcionamento da máquina administrativa pública, reforça as dúvidas sobre a real situação das receitas do FSM. Será que parte desses recursos não foi desviado para cobrir *déficits* fiscais antes e / ou depois da criação formal do FSM?

## 4. Riscos Identificados

Além das inconsistências mencionadas, o FSM enfrenta riscos consideráveis, que podem comprometer a sua eficácia e credibilidade. Neste artigo, destacamos quatro riscos principais:

- 1) **Falta de Confiança Pública.** A falta de transparência na gestão e na divulgação de informações sobre o FSM prejudica a credibilidade do Fundo e compromete a sua aceitação pelos cidadãos. Quando informações essenciais, como os relatórios regulares sobre receitas e despesas, não são disponibilizadas de forma clara e acessível, cria-se um ambiente de desconfiança. A dependência de documentos, como o BdPESOE, em vez de relatórios independentes e detalhados, reforça essa percepção. Sem confiança pública, o FSM pode enfrentar resistência popular, minando a legitimidade das suas operações e objectivos.
- 2) **Ineficiência Financeira.** A ausência de rendimentos financeiros sobre os valores acumulados no FSM reduz significativamente os benefícios potenciais para o Estado e as futuras gerações. Considerando que parte dos 134,6 milhões de dólares anunciados, neste caso 71,17 milhões de dólares, estão depositados desde 2022, a falta de investimento em instrumentos financeiros que geram juros ou retornos coloca em dúvida a eficiência da gestão desses recursos.

Por exemplo, se o montante arrecadado entre 2022 e 2023 tivesse sido aplicado em activos financeiros com uma taxa média de retorno de 3% ao ano<sup>5</sup>, o Estado poderia ter arrecadado aproximadamente 6,61 milhões de dólares até finais de 2024<sup>6</sup>, recursos que poderiam ser reinvestidos em projectos de desenvolvimento. Além disso, manter recursos inactivos no banco pode incorrer em custos administrativos, como taxas de manutenção ou oportunidades perdidas, especialmente em um contexto de dificuldades fiscais para o Governo.

- 3) **Desvio de Recursos.** A gestão opaca do FSM aumenta o risco de que os recursos sejam desviados para finalidades que não atendem aos seus objectivos declarados. Casos internacionais demonstram que a falta de transparência e a governação fraca são factores que frequentemente levam a escândalos de corrupção e má gestão em fundos soberanos.

Um exemplo notório é o 1MDB (1Malaysia Development Berhad) na Malásia, que resultou no desvio de aproximadamente 4,5 biliões de dólares, beneficiando políticos e empresários. Esse escândalo revelou como a ausência de mecanismos sólidos de monitoria e supervisão podem transformar um fundo soberano em uma ferramenta para práticas corruptas. No caso culminou com a condenação do ex-primeiro-ministro Najib Razak.<sup>7</sup> Outro caso é do Fundo de Geração Futura de Angola (FSDEA). O fundo foi alvo de investigações sobre a má gestão de biliões de dólares devido à falta de supervisão e à nomeação de gestores com vínculos políticos. Relatórios revelaram que uma parte significativa dos recursos do FSDEA foi canalizada para investimentos com retornos duvidosos, prejudicando o propósito de longo prazo do fundo.<sup>8</sup>

Por outro lado, bons exemplos internacionais demonstram como a governação eficaz pode proteger os interesses nacionais. O Fundo Soberano de Botswana é um exemplo positivo, sendo considerado um dos melhores em África. Criado para garantir a estabilidade económica e promover o desenvolvimento sustentável, o fundo é gerido com transparência e supervisão rigorosa, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e em benefício do país.<sup>9</sup>

5 Taxa de retorno do FSM de acordo com o número 4 do Artigo 8 da Lei do FSM

6 A previsão foi feita aplicando uma taxa anual de retorno de 3% aos valores acumulados em cada período. O cálculo considerou o tempo em que cada montante esteve disponível, partindo de Novembro de 2022 quando as primeiras receitas foram arrecadadas. Para 2024, o rendimento foi calculado proporcionalmente até Dezembro, assumindo que o montante arrecadado até Agosto permanece constante até o final do ano.

7 CNN Brasil. (18/07/2020). *Ex-premiê da Malásia é condenado a 12 anos de prisão acusado de corrupção*. CNN Brasil. Disponível no site: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ex-premie-da-malasia-e-condenado-a-12-anos-de-prisao-acusado-de-corrupcao/>. Acesso a 15/11/2024

8 Expresso (18/04/2016). *Fundo soberano de Angola: uma forma de lavar cinco mil milhões*. Disponível no site: <https://expresso.pt/dossies/diario/2016-04-18-Fundo-soberano-de-Angola-uma-forma-de-lavar-cinco-mil-milhoes->. Acesso a 15/11/2024

9 Diário Económico (02/02/2024). *Conheça os Maiores Fundos Soberanos de África... e do Mundo*. Disponível no site: <https://www.diarioeconomico->

Outro exemplo positivo é do Fundo de Pensões do Governo da Noruega, amplamente considerado um dos melhores modelos a nível mundial. Publica relatórios detalhados e regulares, garantindo a transparência e o engajamento público. Além disso, a sua gestão é feita de forma independente e qualquer conflito de interesse é rigorosamente evitado.<sup>10</sup>

- 4) **Governança e Conflitos de Interesse.** Outro grande desafio à boa governação do FSM é a composição do Conselho Consultivo de Investimento. O Artigo 18 do regulamento estabelece que os membros deste Conselho devem ser independentes do Governo. Contudo, essa exigência é questionada pela nomeação de dois integrantes com vínculos governamentais. Enilde Sarmiento, que ocupa simultaneamente o cargo de directora Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento no Ministério da Economia e Finanças, e Omar Mithá, designado para liderar o Conselho Consultivo de Investimento, enquanto actua como assessor económico do Presidente da República e é presidente do Banco Nacional de Investimentos (BNI), um banco estatal.

Essa configuração suscita sérias dúvidas sobre a independência do Conselho, comprometendo o espírito da legislação e minando a credibilidade do FSM. A presença de membros com múltiplos papéis vinculados ao Governo, não apenas viola o princípio de independência previsto no regulamento, mas também eleva os riscos de conflitos de interesse, interferindo na objectividade e na imparcialidade das decisões do Conselho.

Outro risco ou preocupação não menos importante tem que ver com o facto de não estar claro que os 60% que vão ao OE deveriam ter um tratamento diferencial em termos do relatório da sua utilização, apesar destes não serem parte do FSM. Mas, por questões de transparência seria de bem a população saber exactamente o que foi feito com eles.

Esses riscos não são meramente teóricos. São sim consequências reais de uma governação frágil e de práticas não transparentes.

## 5. Conclusão

O Fundo Soberano de Moçambique (FSM) apresenta uma oportunidade histórica para o país transformar as suas riquezas naturais em um legado de desenvolvimento sustentável para as gerações futuras. No entanto, a concretização desse potencial depende de uma gestão transparente, eficiente e independente. A experiência internacional oferece lições valiosas. Enquanto casos como o IMDB na Malásia e o FSDEA em Angola demonstram os perigos de uma governação opaca e politizada, o Fundo de Pensões do Governo de Botswana e da Noruega ilustra como a transparência e a supervisão rigorosa podem garantir sucesso de longo prazo.

A falta de detalhes nos relatórios, a ausência de rendimentos financeiros sobre os valores acumulados e as inconsistências temporais na declaração de receitas do FSM minam a confiança pública e levantam questões sobre a eficácia da sua gestão. A permanência de uma figura com vínculos governamentais no Conselho Consultivo de Investimento, como apontado no caso da Enilde Sarmiento e Omar Mithá, pode ser interpretada como um conflito de interesse e comprometer a independência exigida pelo Artigo 18 do regulamento do FSM. Para que o FSM cumpra com a sua promessa, recomenda-se aos seus gestores de todos os níveis:

- a) Publicar relatórios detalhados e regulares, acessíveis ao público, sobre receitas, despesas e investimentos do fundo, através da página web do FSM;
- b) Garantir que os recursos do FSM sejam aplicados em instrumentos financeiros seguros e rentáveis;
- c) Fortalecer a selecção de membros do Conselho Consultivo, alinhando-se às boas práticas internacionais para evitar conflitos de interesse; e
- d) Incluir um capítulo nos relatórios trimestrais e na CGE sobre os detalhes dos 60% destinados ao OE, por se tratar de recursos com a mesma proveniência.

---

[co.co.mz/2024/02/02/oilgas/lng/conheca-os-maiores-fundos-soberanos-do-mundo-e-de-africa/](https://co.co.mz/2024/02/02/oilgas/lng/conheca-os-maiores-fundos-soberanos-do-mundo-e-de-africa/). Acesso a 15/11/2024

<sup>10</sup> InfoMoney. (14/08/2023). *Maior do mundo, fundo soberano da Noruega tem lucro recorde de US\$ 213 bilhões em 2023*. Disponível no site: <https://www.infomoney.com.br/mercados/maior-do-mundo-fundo-soberano-da-noruega-tem-lucro-recorde-de-us-213-bilhoes-em-2023/>. Acesso a 15/011/2024

## 6. Documentos Consultados

Canal de Moçambique (16/09/2024). *Nomeação de Omar Mithá para Comité de Investimentos viola Regulamento do Fundo Soberano*. Disponível no site: <https://canal.co.mz/2024/09/16/nomeacao-de-omar-mitha-para-comite-de-investimentos-viola-regulamento-do-fundo-soberano/>. Acesso a 21/11/2024

Carta de Moçambique (24/07/2024). disponível no site: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/17675-fundo-soberano-falta-de-acordo-de-gestao-atrasa-funcionamento-pleno-dos-orgaos>. Acesso a 15/07/2024.

CNN Brasil. (18/07/2020). *Ex-premiê da Malásia é condenado a 12 anos de prisão acusado de corrupção*. CNN Brasil. Disponível no site: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ex-premie-da-malasia-e-condenado-a-12-anos-de-prisao-acusado-de-corrupcao/>. Acesso a 15/11/2024

Diário Económico (02/02/2024). *Conheça os Maiores Fundos Soberanos de África... e do Mundo*. Disponível no site: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2024/02/02/oilgas/Ing/conheca-os-maiores-fundos-soberanos-do-mundo-e-de-africa/>. Acesso a 15/11/2024

Expresso (18/04/2016). *Fundo soberano de Angola: uma forma de lavar cinco mil milhões*. Disponível no site: <https://expresso.pt/dossies/diario/2016-04-18-Fundo-soberano-de-Angola-uma-forma-de-lavar-cinco-mil-milhoes->. Acesso a 15/11/2024

InfoMoney. (14/08/2023). *Maior do mundo, fundo soberano da Noruega tem lucro recorde de US\$ 213 bilhões em 2023*. Disponível no site: <https://www.infomoney.com.br/mercados/maior-do-mundo-fundo-soberano-da-noruega-tem-lucro-recorde-de-us-213-bilhoes-em-2023/>. Acesso a 15/01/2024

MEF (2024). *Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado – IIIº Trimestre de 2024*. Disponível no site: <https://mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/bdpesoe/bdpesoe-2024/2200-bdpesoe-iii-trimestre-2024/file?force-download=1>. Acesso a 15/11/2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia  
Sverige



Reino dos Países Baixos



UKaid  
from the British people

## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Rui Mate

**Revisão de pares:** Edson Cortez, Borges Nhamirre,  
Teresa Boene

**Revisão linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique